

CIDADANIA E CONTROLE SOCIAL: COMPOSIÇÃO DA REALIDADE DE ESFERAS PÚBLICAS E PRIVADAS.

Gilmarcos Jacques de LIMA (PG – UEMS)¹

Carla Cristina Ribeiro da SILVA (UEMS)²

Resumo

Controle social e cidadania, assuntos fundamentais em um país onde, frequentemente, se tem notícias de abuso de poder e apropriação indébita por parte daqueles que deveriam representar os interesses do povo. Diante deste contexto, é importante pontuar que a Constituição de 1988, prevê a criação de conselhos para a fiscalização dos recursos públicos, fomentando assim, a participação da sociedade na política, por meio do Controle Social. O presente artigo tem como objetivo, refletir sobre cidadania e controle social. Sendo assim, a pesquisa se caracteriza quanto aos seus objetivos, como descritiva, e com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos técnicos, foi utilizada uma pesquisa de campo, para que pudesse demonstrar as instituições de controle social existente nas cidades em estudo, e sendo escolhidas quatro instituições por conveniência, para aprofundar-se à pesquisa. Esta pesquisa possibilitou um conhecimento conceitual e buscou-se apresentar as instituições existentes, descrevendo alguns exemplos de controle social, como estão instituídas e como atuam. As instituições ressaltam a necessidade de esclarecer o cidadão, para que haja maior participação, fiscalização e conseqüentemente a correta aplicabilidade dos recursos, de forma a promover o desenvolvimento.

Palavras-chave: política, cidadania; controle social.

Abstract

Social control and citizenship, fundamental issues in a country where often has power abuse News and misappropriation by those who should represent the people's interests. Given this context, it is important to point out that the 1988 Constitution provides for the establishment of advice for the oversight of public resources, thus promoting the participation of society in politics, through social control. This article aims to reflect on citizenship and social control. Thus, the research is characterized as to their goals, as descriptive and qualitative approach. As for technical procedures, a field research was used, so that he could demonstrate the existing institutions of social control in the cities under study, and being chosen four institutions for convenience, to deepen the research. This research allowed a conceptual knowledge and sought to present the existing institutions, describing some examples of social control, as they are established and how they operate. Institutions emphasize the need to clarify the citizen, for greater participation, supervision and therefore the correct applicability of resources in order to promote development.

Key-words: politics, citizenship; social control.

¹Graduado em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e pós-graduando em Gestão em Saúde pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

² Mestre em Vigilância em Saúde nas Fronteiras do Brasil, pela ENSP – Fiocruz.

1 INTRODUÇÃO

Está se tornando cada vez mais necessário o entendimento a cerca de cidadania e controle social, a falta de conhecimento ou mesmo descaso gera comodismo levando o cidadão a não participação da política. Estaria a população fiscalizando, atuando de forma ativa ou o triste ditado popular “cada um cuida do que é seu e o governo cuida do que é público” encontra-se presente na sociedade, estariam dando “carta branca” aos governantes para que eles atuem da forma que desejarem, onde alguns colocam os interesses particulares à frente do interesse do povo? Essas questões devem ser pensadas com bastante cuidado.

Vale destacar que a Constituição de 1988, prevê a criação de conselhos para a fiscalização dos recursos públicos, fomentando assim, a participação da sociedade na política. No entanto, é ainda necessário esclarecer e despertar o interesse daqueles que, por razões diversas, como o baixo nível de escolarização e acesso a informação, ignoram essa realidade, bem como seus direitos de cidadãos.

O controle social pode ser definido como ações, por meio das quais o cidadão pode operar com a finalidade de fiscalizar, controlar e/ou mesmo, solucionar problemas da administração pública, pensando no bem da coletividade (PAIVA, 2004).

O presente artigo tem como objetivo, refletir sobre cidadania e controle social. Sendo assim, a pesquisa caracterizada como descritiva com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos técnicos, foi utilizada uma pesquisa de campo, para que pudesse demonstrar as instituições de controle social existente nas cidades em estudo, e sendo escolhidas quatro instituições por conveniência, para aprofunda-se na pesquisa.

Esta pesquisa possibilitou um conhecimento conceitual e buscou-se descrever alguns exemplos de serviços de controle social já instituídos e atuantes. As instituições ressaltam a necessidade de esclarecer o cidadão, para que haja maior participação, fiscalização e conseqüentemente a correta aplicabilidade dos recursos, de forma a promover o desenvolvimento.

2 CONCEITO DE CIDADANIA

Segundo o dicionário Acadêmico de Direito, cidadania é um “vínculo político que liga o indivíduo ao Estado e que lhe atribui direitos e deveres de natureza política”.

Tratando-se de cidadania no Brasil, é importante conhecer um pouco de sua evolução histórica. Durante a ditadura militar: Cassação, Repressão aos movimentos, Censura da imprensa, entre outros métodos torturantes. Na década de 1980, houve vários movimentos, com maior representatividade, pode-se destacar as “diretas já” a qual ressuscitou a mobilização popular, com objetivo de intervenção social. Neste mesmo período (1984) iniciou-se a transição para governo democrático, conquista-se o direito de votar, mesmo que de forma direta, vários foram os avanços/conquistas de direitos (PINSKY, 2005).

No Brasil, acredita-se que por falta de informação ou mesmo descaso muitas pessoas, conceituaria cidadania em apenas exercer os direitos e deveres básicos – como o direito de votar – Talvez, pela cultura, porém a cidadania, embora englobe também este conceito, é muito mais que isto. Conforme assegura Marshall (1967, p. 76), cidadania é “um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade”. Seguindo o pensamento Marshalliano, a cidadania é fortemente relacionada aos direitos civis, direitos sociais e principalmente aos direitos políticos. Afirma ainda, que todos são iguais com respeito ao direito e obrigação. Pinsky corrobora ao descrever que:

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar do destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. (PINSKY; 2005, p.09).

Atualmente, vivencia-se uma democracia participativa, como é assegurada pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, artigo 15: “a sociedade tem o direito de pedir contas a todos agentes público pela sua administração”. Vale ressaltar que a cidadania diferentemente da democracia, embora se assemelhem em seu sentido, a democracia busca através de técnica, procedimentos e normas assegurar a igualdade de oportunidades, enquanto a cidadania almeja compreender como o indivíduo se insere, ou não, na sociedade (ALMEIDA, 2007).

Marshall (1967, p. 84), complementa “A cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseada na lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum”.

Para os autores só existe cidadania quando há verdadeiramente a participação dos cidadãos, eles chamam atenção a superar o comodismo e omissos social, através do controle social, monitorando os processos e os resultados.

3 CONTROLE SOCIAL – CONCEITO E IMPORTÂNCIA

Todo o cidadão tem o dever de acompanhar a evolução dos fatos sociais, contribuindo para o bem da coletividade, ou seja, da própria sociedade em que vive. A democracia direta ou controle social surgiu na “Constituição Cidadã” em 1988, alguns estudiosos contestam que foi uma conquista que surgiu na ditadura militar de movimentos sociais – a população querendo participar, que até então, com a ditadura não podiam – Só através da constituição se tornou mais visível e discutida, quando a constituição deu a abertura para que existissem conselhos para que fiscalizassem os recursos públicos.

A Constituição Cidadã propôs o processo de democratização, com a implantação de mecanismo, abriu-se espaço a participação da sociedade na administração pública. A democracia no Brasil passou (ou deveria) ter caráter participativo, “aquele que possui algum poder deve aproximar-se dos destinatários de suas decisões, deve ouvi-los e legitimar-se com eles, vez que não possui liberdade plena e irrestrita quanto ao conteúdo de suas decisões” (MEDEIROS, 2005).

Ficando ultrapassado o ditado popular “cada uma cuida do que é seu e o governo cuida do que é público”. Almeida (2007) salienta que o cidadão que concorda que o governo cuide do que é público enquanto ele se dedica exclusivamente ao que é seu, está dando carta branca aos governantes. E não é isto que a constituição deseja, este avanço – controle social – possibilita o cidadão atuar com sujeito político. A constituição cidadã acredita que com a participação da sociedade na gestão pública, para que possa acompanhar e fiscalizar, acredita-se que assim, teria soluções de forma rápida, pois é a sociedade que sofre com os conflitos, sendo a mesma, a mais adequada em indicada saída para reparar os problemas sociais e econômicos. Dropa (2003) assegura que isto é “um avanço na construção de uma sociedade democrática e que determina alterações profundas nas formas de relação do aparelho de Estado com o cidadão”.

Conforme assegurado por Teixeira (2001, p. 33), controle social é “uma forma de exercer ativamente a cidadania, de tornar efetivos os direitos já consagrados em leis e construir novos direitos”.

Segundo Carvalho (1995, p. 8) “Controle social é expressão de uso recente e corresponde a uma moderna compreensão de relação Estado-sociedade, onde a esta cabe estabelecer práticas de vigilância e controle sobre aquele”. Afirma-se que para executar o controle social é necessário a participação da sociedade de forma atenta no sentido de definir, implementar, controlar e fiscalizar as ações públicas (PAIVA, 2004).

À efetivação do controle social pode ser realizada de duas maneiras:

- **Controle Natural** – executado diretamente pelas comunidades, como associações, fundações, sindicatos, e etc.;

-**Controle Institucional** – exercido por entidades e órgãos do poder público, instituídos de interesse da coletividade, como PROCON, Tribunais de Conta, Ministério Público, e etc.

Seja qual for o tipo controle social – natural ou institucional – é suma importância a participação da sociedade, no sentido de responsabilidade compartilhada, para fins de acompanhar, fiscalizar e controlar de forma permanente em prol de garantia a correta aplicabilidade dos recursos e efetividade da política pública.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Apresentam-se a seguir os resultados da pesquisa de campo realizado em instituições de controle social de ramos diferentes. Antes são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa.

4.1 Métodos

A natureza deste trabalho caracteriza como sendo qualitativo e descritivo. Para Marconi e Lakatos (2006), a pesquisa descritiva visa apresentar um fenômeno e a relação deste com a sociedade ou na visão dos entrevistados, e por fim, qualitativa, o qual Richardson (1999) assegura como sendo a busca pela compreensão detalhada de características e significados situacionais, e não representatividade numérica. Neste sentido o presente estudo trata-se de conceituar cidadania e controle social e apresentar as instituições existentes; demonstrar quatro instituições de controle social instituídas nos municípios em questão e quais os mecanismos são adotados por elas, instituições escolhidas por conveniência. No sentido de apresentar a população esses modelos, destacando-se a importância da participação da sociedade.

Quanto à abordagem, foi utilizado o estudo de múltiplos casos. Para Gil (2000) é um estudo profundo e detalhando de um ou poucos objetos, de maneira a obter um amplo conhecimento acerca do objeto estudado. Foram selecionadas quatro instituições de controle social – escolhidas por conveniência – as quais estabelecidas no Estado de Mato Grosso do Sul, na região do Bolsão, sendo dois no município de Aparecida do Taboado e dois no município de Paranaíba. Para a coleta de dados optou-se por entrevista semiestruturada, sendo aplicadas a quatro conselheiros, de maior representatividade na função do dia.

4.2 Caracterização do Município de Aparecida do Taboado/MS

Segundo, site da Prefeitura Municipal de Aparecida do Taboado-MS, localiza-se ao leste do Estado de Mato Grosso do Sul, divisa com Estado de São Paulo, e possui uma população 22.320 habitantes (IBGE, 2010) e sua área territorial total é de 2.750 Km².

4.2.1 Instituições de Controle Social de Aparecida do Taboado/MS

Apresentam-se a seguir os resultados da pesquisa de campo, referente á apresentação das instituições de controle social no município de Aparecida do Taboado-MS.

Fórum de Aparecida do Taboado
Promotoria de Justiça de Aparecida do Taboado
CONSELHOS
Conselho Tutelar
Conselho Escolar
Conselho de Alimentação Escolar

Conselho de Assistência Social
Conselho Municipal de Saúde
Conselho do FUNDEB
Conselho do FUNDEF
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Comissão Municipal de Enfrentamento a Exploração Sexual
Conselho de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI
SINDICATOS
Sindicato Municipal Trab. Educação de Aparecida do Taboado
Sindicato Rural de Aparecida do Taboado
ASSOCIAÇÕES
Associação Pais e Mestres
Associação Comercio Industria de Aparecida do Taboado
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Associação mãos que brilham de Aparecida do Taboado
Associação Desafio Jovem Operação Resgate
Associação Amigos da Santa Casa – ASCA
Associação Atlético Banco do Brasil
INTITUTOS
Instituto Promocional Dom Afonso Maria Fusco

Quadro 1: Apresentação das instituições de Controle Social em Aparecida do Taboado.
Fonte: elaborado pelo autor com base no levantamento, junto a Prefeitura Municipal local.

Participaram desta segunda parte da pesquisa duas instituições de controle social, para aprofunda-se, demonstrando-o como qual o tipo do controle, como é formado e suas responsabilidades. Conforme quadro 2.

Instituições de Controle Social em Aparecida do Taboado /MS			
Instituição	Controle	Membros	O que faz
ASCA Associação Amigos da Santa Casa	Natural	Presidente; Vice-presidente; 1 Secretária 2 Tesoureiros Presidente do Conselho 2 Conselheiros Fiscais 3 Suplentes (os integrantes são funcionários da Santa Casa e outra parte população).	Esclarecer e despertar a ação de acompanhar e verificar as práticas de gestão pública hospitalar, seus recursos e sua aplicabilidade. <hr/> Possibilita através da ouvidoria: sugestões, reclamações e elogio; <hr/> Deve-se reunir frequentemente, para sanar dúvidas e buscar apresentar proposta de melhoria para o funcionamento.
Conselho Escolar Machado de Assis	Institucional	1 representante da escola (diretor); 4 Professores; 4 Funcionários da escola; 7 Pais de aluno e 2 Alunos (maior de 16 anos).	Acompanhar a aplicação dos recursos financeiros e normas para a prestação de conta; <hr/> Monitorar dirigentes escolares, garantir o ensino de qualidade, colabora com projetos e planos educacionais; <hr/> Discutir e adequar a melhor forma de informar os pais sobre o aproveitamento escolar dos alunos.

Quadro 2: Instituição de Controle Social em Aparecida do Taboado
Fonte: elaborado pelo autor com base no conhecimento adquirido através da entrevista.

Associação Amigos da Santa Casa - ASCA

Através da entrevista com a presidente, da associação em questão, pode-se observar que há 11 participantes, e que estão em fase de formalização, será uma entidade sem fins econômicos e de caráter filantrópico, contudo já realizaram manifestos e arrecadações para contribuir com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Aparecida do Taboado. Por não estar formalizado, até o momento não tem um lugar fixo, as reuniões estão sendo realizadas nas residências dos colaboradores da associação. Contudo, afirma a entrevistada que suas responsabilidades e membros já encontra-se estruturado (quadro 1). Observa-se que a ASCA é um controle social natural, que teoricamente é formado e executado diretamente pela comunidade.

Questionou-se como surgiu a ASCA, a entrevistada disse que a ideia foi propriamente dela, e ao falar para seu conjugue, ele a questionou “está pensando em ajudar a Santa Casa e isto ficará só em pensamento, como muitos” e a presidente ainda, afirma que é um trabalho árduo, e poucos são os que acreditam e se envolvem no sentido de fiscalizar e buscar melhorias.

Conselho Escolar Machado de Assis

Através desta entrevista, observou-se que cada escola do município tem seu conselho. O conselho escolar Machado de Assis trata de assuntos da Escola Municipal Jesus José de Souza, estabelecida na Rua São Paulo, 5153 – São Jerônimo, neste município. Detectou-se que o número de membros varia de acordo com o tamanho da escola. O conselho é composto por dezoito membros. O quadro apresenta os membros e a responsabilidade do conselho.

A entrevistada enfatizou que pouco há a participação dos pais nas reuniões do conselho, tratando-se do número de aluno, é destaca que “escola pública de qualidade, sem conselho é impossível”, devendo todos caminhar juntos, para fins de acompanhar as decisões tomadas pela escola, até mesmo para acompanhar os estudos do seu filho.

A entrevistada não foi capaz de informar resultados práticos da ação do conselho junto à prefeitura ou algum órgão específico. Apesar de constituir-se um modelo institucional de controle social, a entrevista sugere fortemente que o conselho não acompanha as ações da escola e não age como fiscalizadora da utilização dos recursos públicos.

4.3 Caracterização do Município de Paranaíba/MS

Localiza-se no Estado de Mato Grosso do Sul, divisa com Estado de Minas Gerais, no entroncamento de três eixos de desenvolvimento econômico estadual e possui uma população de 40.192 habitantes (IBGE, 2010) e sua área territorial total é de 5.402 Km², localizado há 410 km da capital do Estado. Os dados relatados acima estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Paranaíba.

4.3.1 Instituições de Controle Social de Paranaíba/MS

Apresentam-se a seguir os resultados da pesquisa de campo, referente à instituições de controle social no município de Paranaíba-MS.

PARANAÍBA	
Fórum de Paranaíba	
Promotoria de Justiça de Paranaíba	
PROCON	
CONSELHOS	
Conselho de Bolsa Família	
Conselho Municipal antidrogas	
Conselho Municipal dos idosos	
Conselho Tutelar	
Conselho Escolar	
Conselho de Alimentação Escolar	
Conselho de Assistência Social	
Conselho Municipal de Saúde	
Conselho do FUNDEB	
Conselho do FUNDEF	
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	
Conselho Municipal de Enfrentamento a Exploração Sexual	
Conselho de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	
SINDICATOS	
Sindicado Municipal Trab. Educação de Paranaíba	
Sindicato Rural de Paranaíba	
ASSOCIAÇÕES/ONG	
Associação dos Amigos dos Animais de Paranaíba - AMA	
Associação Pais e Mestres	
Associação de Comércio Indústria de Paranaíba	
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	
Associação Atlético Banco do Brasil	
Amigos da Natureza do Bolsão –ANB	
INTITUTOS	
Instituto Previdência Mun. de Paranaíba – IPAMP	

Quadro 3: Apresentação das instituições de Controle Social em Paranaíba

Fonte: elaborado pelo autor com base no levantamento, junto a Prefeitura Municipal local.

Aprofundando-se na pesquisa optou-se por duas instituições de controle social, para fins de conhecer qual é tipo do controle, seus membros e suas responsabilidades (Quadro 4).

Instituições de Controle Social em Paranaíba/MS			
Instituição	Tipo de Controle	Membros	O que faz
Amigos da Natureza do Bolsão	Natural	Professores, alunos da UNIOPAR e comunidade, totalizando 32 membros.	Garantir a preservação do meio ambiente do município de Paranaíba e região do Bolsão. Recuperação da biodiversidade da região.
Conselho de Alimentação Escolar	Institucional	1 Representante da prefeitura; 2 Representantes de um	Fiscaliza os recursos para aquisição da alimentação escolar; Avalia a qualidade dos produtos

		sindicato ou associação; 2 Representantes de professores e, 2 Representantes de Pais.	alimentos adquiridos; Verifica se está havendo atraso na entrega dos produtos; Examina como estão sendo armazenados;
--	--	--	---

Quadro 4: Instituição de Controle Social em Paranaíba

Fonte: elaborado pelo autor com base no conhecimento adquirido através da entrevista.

Amigos da Natureza do Bolsão (ANB)

A entrevistada A ONG – ANB Amigos da Natureza do Bolsão surgiu a partir de uma união dos acadêmicos da UNOPAR- Universidade Norte do Paraná, do curso de Tecnologia Gestão Ambiental. A ONG – ANB surgiu em meados de maio de 2010, contando com 32 membros, neste início não possui nenhuma estrutura física, atualmente avança em passos curtos com recursos próprio dos membros, recursos públicos ainda estão na expectativa de receberem, estão em busca de recursos na prefeitura e no Estado.

A ANB tem como finalidade de promover ações em outras cidades além de Paranaíba, pois o intuito da ONG é a busca pela recuperação da biodiversidade do Bolsão, sendo que essas ações iniciaram em Paranaíba onde se localiza a sede da ONG, porém já esta captando membros de Inocência e Cassilândia. São realizadas reuniões com finalidade de discutir os problemas existentes e as possíveis soluções.

O entrevistado informa que os resultados são poucos pelo fato da ONG não ter apoio público e os membros são novatos nesta empreitada, algumas ações já foram iniciadas, porém resultados são em longo prazo. Em 2015, foram desenvolvidos ações de mobilização do dia da árvore, acrescentou o plantio de aproximadamente 200 árvores. Os objetivos futuros da ONG é trabalhar com a conscientização escolar através de palestras nas para as crianças, a realização de um viveiro de mudas nativas, através de apoio financeiro dos órgãos públicos. Assim, poderá ser montado em Paranaíba o tão almejado reflorestamento.

Conselho de Alimentação Escolar

Em entrevista, ao se questionar como tornarem-se membros e suas responsabilidades, ela estaca que “existe a lei 11947/2009, que nela já diz as atribuições”, destaca-se a formação e responsabilidade no quadro 4. Destaca ainda que há eleição para a se tornar representante no conselho, “a partir do momento que você é eleito a própria população já está participação” o CAE em questão é constituído por 7 membros.

Perguntado ainda, se conseguem de fato promover mudança, ela respondeu que “cabe a cada conselheiro deve ter a consciência da sua importância, de representar corretamente a sociedade, vestir a camisa e que costume dizer que vou de encontro com a corrupção, pra cobrar e pedir respeito”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivo deste artigo foi conceituar cidadania e controle social, e demonstrar algumas propostas de controle social no município de Aparecida do Taboado e Paranaíba, ambas no Estado de Mato Grosso do Sul.

Pôde-se ampliar o conhecimento e a importância do controle social, após enfatizar seu conceito. Cidadania como sendo a conexão do indivíduo ao Estado, não se limita a isto, é também a participação para a construção de uma sociedade mais justa. Pinsky (2005, p.09) assevera que “Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais”. O controle social está permanentemente ligado a cidadania, sendo um referencial de conquista em busca de melhorias para a coletividade. Assegurado por Teixeira (2001, p. 33), controle social é “uma forma de exercer ativamente a cidadania, de tornar efetivos os direitos já consagrados em leis e construir novos direitos”. É atuar de forma a contribuir, controlar e fiscalizar a administração pública.

O controle social foi legitimado através da Constituição Cidadã de 1988. Observou-se que atualmente existem vários tipos de instituições/conselhos para que a população participe, acompanhe e fiscalize.

No sentido de contribuir com a população local, demonstrou-se quatro tipos de conselhos instituídos nesses municípios. São eles: Associação Amigos da Santa Casa e Conselho Escolar Machado de Assis; Amigos da Natureza do Bolsão e Conselho de Alimentação Escolar. Cada um com a sua particularidade, mas com objetivo em comum, fiscalizar as ações da administração pública e assegurar que os recursos públicos sejam aplicados corretamente.

Observou-se que há pouca participação da população dentro dos conselhos. Cabe ressaltar que este “controle social” é desconhecido por muitas pessoas.

O que se conclui que é preciso modificar a história, dar a população acesso a informação, disponibilizar os tipos controle social existem na cidade, como estão instituídos, onde procurar, para que abranja a população em massa, recomenda-se que seja por meio de comunicação gratuita.

Evidentemente, se a população não é participativa, futuras gerações propiciam a não participação, seria interessante, inserir a disciplina noções de política nas escolas.

À medida que se intensificam a participação da população nos dispositivos para que possa acompanhar e fiscalizar os serviços e/ou recursos públicos, a sociedade tende a apresentar um avançada promoção da transparência, no planejamento das ações propostas, buscando efetividade nas políticas públicas. Desse modo, gera o efeito encadeamento, nos quais os governantes/gestores devem aplicar os recursos públicos de forma correta, oferecendo educação, saúde, segurança entre outros serviços, atendendo efetivamente, as necessidades da população, a fim de consagrar os direitos do cidadão e buscar novas conquistas para coletividade.

Este estudo trabalhou de forma qualitativa para angariar dados de alguns tipos controle social, partindo desta base sugere-se adotar pesquisas quanti-qualitativas no sentido de confrontar a não participação, até mesmo no sentido de esclarecer, e enriquecer o acervo bibliográfico sobre o tema.

Referências

- ACQUAVIVA, M. C. **Dicionário Acadêmico de Direito**. Editora Jurídica Brasileira. São Paulo, 2001.
- ALMEIDA, A. C. **A Cabeça do Brasileiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- CARVALHO, A. I. **Conselhos de Saúde no Brasil: participação cidadã e controle social**. Rio de Janeiro: FASE / IBAM, 1995.
- DROPA, R. F. D. **Controle Social**, 2003. Disponível em: <http://www.advogado.adv.br/artigos/2003/romualdoflaviodropa/controlesocial.htm>. Acesso em: 24 Ago. 2015.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MEDEIROS, H. J. **Ministério público: reforço do poder da cidadania e do controle social**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 9., 2005. **Anais**. Disponível em: www.saude.ba.gov.br/conferenciaST2005/cdrom/CD%20coletânea%20leis%20e%20textos/Artigos/22.doc. Acesso em: 11 Set. 2015.
- PAIVA, R. M. M. **O Controle Social na Administração Pública: Proposta para estruturar e estimular o seu desenvolvimento**. Monografia. Universidade Federal de Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2004. Disponível em: https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/2997/1/o_controle_social_na.pdf. Acesso em: 20 Ago. 2015.
- PINSKY, J. **História da Cidadania**. 3ª Ed. São Paulo, Contexto Editora, 2005.
- TEIXEIRA, E. C. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Editora Cortez; 2001.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABOADO. **História**. Disponível em: <http://www.aparecidadotaboado.ms.gov.br/novo/index.php>. Acesso em: 24 Set. 2015.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA. **Dados Gerais**. Disponível em: <http://www.paranaiba.ms.gov.br/>. Acesso em: 23 Jul. 2015.
- VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.
- WIKIPÉDIA. **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_dos_Direitos_do_Homem_e_do_Cidad%C3%A3o. Acesso em: 23 Ago. 2015.